

POETTERING, JORUN (2019).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-5_13

*Migrating merchants. Trade, nation,
and religion in seventeenth-century
Hamburg and Portugal*

(tr. Kenneth Kronenberg). Berlin, Boston: Walter de Gruyter Oldenbourg, 389 p.

Jorun Poettering é actualmente investigadora Marie Sklodowska Curie na Ludwig-Maximilians Universitat de Munique, Alemanha. Licenciou-se em Matemática, História e Estudos Latino-Americanos, vindo a doutorar-se na Universidade de Hamburgo. Foi investigadora Feodor Lynen com bolsa de pós-doutoramento da Fundação Alexander Von Humboldt. Antes ainda de rumar a Harvard desenvolveu pesquisas no Brasil, designadamente na Companhia das Índias – Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna, com sede na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro. Tem-se interessado pelo estudo da História Social, Política e Cultural, em especial do Brasil, da América Espanhola e da Europa.

O livro que aqui se examina é a tradução de uma versão revista da sua dissertação de doutoramento, originalmente publicada em língua alemã, no ano de 2013, intitulada: *Hander, Nation und Religion. Kaufleute zwischen Hamburg und Portugal im 17. Jahrhundert*. Esta publicação ganhou o prémio alemão da *Society for Research on Historical Migration*, o que justifica inteiramente esta tradução, bem como a disseminação de que tem sido alvo pelas mais diversas academias europeias.

Trata-se de um estudo de análises densas e profusas, de grande sobriedade e clareza, bem escrito, eximamente estruturado e que maneja um volume documental apreciável, centrado sobre a história do comércio entre o reino português e a cidade-estado de Hamburgo, território da Liga Hanseática, durante a centúria de Seiscentos. Matéria ainda pouco desenvolvida pela historiografia ganha novo

impulso com este trabalho, sobretudo com a análise do impacto das interconexões desenvolvidas no seio das migrações que a actividade comercial despoletava. Um exercício, em suma, de história transnacional e comparativa, diacrónica e sincrónica, que utiliza também as aporções teóricas, hoje muito em voga, das histórias conectadas.

Dir-se-á, portanto, numa análise apriorística bastante genérica, que este trabalho procura examinar o impacto das origens culturais e religiosas dos comerciantes nas actividades que desenvolviam; e se conseguiram integrar-se (e de que forma) nas sociedades estrangeiras em que viviam e trabalhavam. Para tal, a autora estruturou a sua análise em três partes, contendo as duas primeiras cinco capítulos e a derradeira três.

Na primeira enceta uma série de considerações sobre as tendências económicas e as conjunturas político-legais. Reconstitui os principais capítulos da história das transacções levadas a cabo entre Lisboa e Hamburgo, dois importantes pólos comerciais europeus, com um foco privilegiado sobre os agentes e as práticas desse trato; aborda os tratados entre os vários estados, firmados em períodos de acalmia ou rescaldo da guerra, com o objectivo de regulamentar o trato entre os seus mercadores; examina as dissemelhanças entre as políticas de representação adoptadas por Portugal e Hamburgo, com incursões detalhadas sobre a criação dos consulados, os conflitos em torno das nomeações e os percursos dos nomeados; analisa os fluxos e refluxos do comércio, com um centramento sobre os produtos mais transaccionados; e dissectiona as diferentes atitudes face aos mercadores estrangeiros, de acordo com as variáveis tempo e espaço, através dos quadros legais existentes em Hamburgo (o *Schragen*, regimento administrativo; o *Stadtrecht*, lei da cidade; o *Burspraken*, colecção de provisões e resoluções; e o *Rezesse*, série de acordos) e em Portugal (*Ordenações Afonsinas*, *Ordenações Manuelinas*, *Ordenações Filipinas*).

De acordo com as sondagens efectuadas às fontes, em 1632-1633, 46,6% do que Portugal importava de Hamburgo era grão, enquanto as especiarias e o açúcar eram os produtos que para aqui mais se exportavam. Em 1647-1648 o grão mantinha a hegemonia entre as importações do reino luso, bem como o açúcar, no tocante às exportações. Na cidade germânica os mercadores daí naturais gozavam de uma carga fiscal mais reduzida e de uma política comercial

mais proteccionista e restritiva, que obrigava os forasteiros a comercializar com os cidadãos e lhes vedava a possibilidade de o fazer entre si. A isto acrescia o facto de, em Hamburgo, os mercantes estrangeiros estarem sujeitos a taxas locais e tributos extraordinários. Em Portugal, nada mais desigual. Aí, não obstante fosse apertada a vigilância empreendida pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, verificar-se-ia uma política bem desenhada para atrair comerciantes estrangeiros. Ao invés de os onerar com impostos conferia-se-lhes privilégios, como o *privilegio de mercador alemão*, de que usufruíam, não raro, indivíduos de diversas nações.

A segunda parte dedica-se ao estudo das migrações, das redes comerciais, da vida dos comerciantes e das mercadorias transaccionadas. Partindo da análise dos registos dos direitos alfandegários, Poettering coteja dados tão diversos quanto detalhados sobre o nome dos navios e dos respectivos capitães, a origem social dos comerciantes, o tipo de artigos mercadejados e as organizações mercantis estabelecidas. Os dados do Banco de Hamburgo, fonte importante mas sem similar correspondência em Portugal, permitem-lhe caracterizar as relações económicas no período compreendido entre 1609 e 1648, bem como aferir os activos e o número de contas abertas, durante esse período, por neerlandeses, portugueses e hamburgueses. Acresce, nesta secção, a explicação dos factores que estiveram na origem das diásporas (violência, ameaças, discriminação, religião, crises conjunturais, iniciativas individuais), acompanhada pela reconstituição de algumas trajectórias de vida.

Na última parte enceta-se uma análise comparativa sobre as redes de solidariedade estabelecidas entre os diversos grupos mercantis. Fica superiormente demonstrado, nestas páginas do livro, como os factores linguísticos e religiosos influíam nas relações entre as várias nações. De acordo com a autora, a unidade orgânica evidenciada entre as comunidades de portugueses não se verificava entre os holandeses, cujas relações ficaram marcadas pela separação linguística (flamenga e francesa) e pela divisão religiosa (grupos luteranos, calvinistas e outros protestantes). Em contraste com estes, os hamburgueses que viviam em Lisboa organizavam-se em irmandades e os seus interesses eram representados através de consulados.

Posto isto importa fazer uma série de considerações gerais e específicas sobre a obra. Dir-se-á, em primeiro lugar, que se nota um esforço de revisitar,

para desconstruir, ideias clássicas. A hipervalorização greifeana da homogeneidade étnica e religiosa como explicação para o sucesso das trocas comerciais entre distintos territórios, é uma delas. A teoria de José António Saraiva, segundo a qual a Inquisição destruiu a classe mercantil, é outra. Mas, em simultâneo, percebe-se o intuito de debater questões novas, como a adaptação e assimilação dos mercadores à realidade local; a concertação levada a cabo para melhor defesa dos seus interesses; e o uso de diferentes mecanismos para assegurar o cumprimento dos contratos e diminuir os riscos.

O livro presta também um grande contributo a três tipos de reconstituições: a sociologia dos mercadores; o ambiente político e económico como condicionador das migrações entre Hamburgo e Portugal; a complexidade do comércio desenvolvido entre esses dois territórios, constituído por comerciantes que lidavam com amplas faixas de mercadorias e amiúde sem qualquer monopólio sobre determinados produtos.

Há, porém, alguns aspectos que me merecem nota crítica. Passarei a referi-los. Desde logo, a metodologia de análise. Creio que pela sua importância deveria ser explicitada logo no início desta obra, ao invés de relegada para apêndice, entre as páginas 267-276. A nível conceptual parece existir anacronismo quando a autora dispensa o uso do termo *Sephardim* por considerar que os judeus portugueses que viviam em Hamburgo e outras cidades da diáspora atlântica nunca foram designados ou se auto designaram de sefarditas (p. 8). Como se explica então, pergunta-se, a utilização da designação de *Portuguese Jews* (p. 8), que também não era usada na época? Mais: seguindo a mesma lógica, como se justifica o emprego do nome *Hamburgers* (p. 9), alemães de Hamburgo que, como tal, não eram então denominados, nem assim referidos na documentação?

Importa ainda referir que a abordagem proposta resultou no inequívoco desequilíbrio entre as unidades de análise escolhidas: um reino e uma cidade-estado. É verdade que é sobre o comércio entre Lisboa e Hamburgo que se desenvolve o grosso da análise neste livro empreendida. Tem sentido. Lisboa era a capital de um império descontínuo e pluricontinental que perpetuou o seu domínio económico, territorial e marítimo, nesses territórios, mesmo durante o período de união das coroas ibéricas, pelo que se tratava de uma das maiores e fervilhantes praças do comércio internacional. Por seu turno a cidade de Ham-

burgo era uma das maiores portas de acesso ao comércio com as regiões interiores da Europa Central e do Mar Báltico. À disparidade física dos dois territórios somou-se a disparidade ao nível da disponibilidade documental. Ainda assim, com vários buracos de informação, a comparação efectuada permitiu conclusões bastante clarividentes ancoradas num cruzamento sistemático de fontes.

Não obstante extenso e especializado, o elenco bibliográfico apresentado no final é lacunar. Há uma utilização avassaladora de estudos já desactualizados, em detrimento de outros, mais recentes, que têm feito avançar o conhecimento nos mais diversos domínios. Refere-se nos dados técnicos da obra que o livro foi revisto. Tê-lo-á sido do ponto de vista bibliográfico? Darei como exemplo, para não ser exaustivo, o capítulo intitulado *The Inquisition and the State* (pp. 82-100). Sobre os familiares do Santo Ofício seria incontornável citar, entre outros, Aldair Carlos Rodrigues ([2018]. Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. *Revista de Fontes-UNIFESP*, 1, 28-40; [2011]. *Limpos de sangue. Familiares do Santo Ofício, Inquisição e Sociedade em Minas Colonial*. São Paulo: Alameda; [2010]. *Inquisição e Sociedade: a formação da rede de familiares do Santo Ofício em Minas Gerais colonial*. *Varia História*, 26, 197-216). Para um enquadramento da conjuntura seria importante referir Ana Isabel López-Salazar Codes ([2010]. *Inquisición portuguesa y monarquía hispánica en tempos del perdón general de 1605*. Lisboa: Colibri). Sobre os críticos do tribunal inquisitorial teria sido útil mencionar Yllan de Mattos ([2014]. *A Inquisição contestada. Críticos e críticas ao Santo Ofício Português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: MAUAD). Por fim, a omissão mais flagrante, a magistral síntese sobre a história da Inquisição portuguesa, redigida por Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva ([2013]. *História da Inquisição portuguesa, 1536-1721*. Lisboa: Esfera dos Livros). Face ao exposto não parece ter razão Poettering quando afirma que se mantém até aos dias de hoje as ideias de que a Inquisição foi uma *Marrano factory* e que é possível ver nos feitos inquisitoriais um alto nível de autenticidade (p. 86), bem como não é verosímil que o estudo da Inquisição Portuguesa continue a ser menos abrangente do que o da congénere espanhola (p. 87).

Já se salientou o apreciável cruzamento de um volume significativo de fontes, de diversa proveniência, levado a cabo nesta obra. Discordarei, apenas, do volume de informações apresentadas sobre Duarte Nunes da Costa, repre-

sentante português em Hamburgo, referido por Poettering como *Portuguese Jew* (p. 79). Poderia a autora, e no meu entender deveria, ter sido mais prolixa ao reconstituir o seu percurso, já que não faz remissões ao processo inquisitorial que lhe foi instaurado (n.º 7192), constante na secção que o livro consagra às fontes compulsadas, nem tampouco refere o conjunto de cartas que este indivíduo expidiu ou recebeu, depositadas na Torre do Tombo com a referência *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, tomo 4B.

Uma nota final para sublinhar a grande quantidade de parágrafos onde se apresenta informação substancial, sem a competente nota de erudição. Não me parece plausível, nessa modalidade, referir sem remissão bibliográfica que, na viragem do século XVII, o comércio português na Ásia decresceu cerca de um terço e que, anualmente, já só um ou dois navios cruzavam a *Rota do Cabo*. Como não se me afigura correcto, nos mesmos termos, utilizar 25 linhas para explicar o complexo episódio da expulsão dos judeus de Portugal e as causas/consequências da conversão forçada, sem qualquer alusão às fontes onde se bebeu a informação. Do mesmo modo se estranha a ausência de citações sobre quem já trabalhou sobre a política fiscalista em Portugal (p. 34), e sobre as assembleias consultivas e deliberativas das monarquias tradicionais (p. 42), o que faz perigar a compreensão do que eram, respectivamente, as sisas, os dízimos e as cortes.

Não obstante todas estas apreciações, e sem prejuízo de outras que por falta de espaço não podem ser expostas, devo reiterar que estamos perante um livro de grande qualidade científica, contributo inestimável para a história económico-social do *velho continente*.

[texto escrito no antigo acordo]

JAIME RICARDO GOUVEIA
Centro de História da Sociedade e da Cultura
jaim.ricardo@gmail.com